Assembleia da República Divisão de Apoio às Comissões Comissão de Orçamento e Finanças

Data: 05/01/2024 Discussão e votação a: 05/01/2024 Resultado: Rejeitado Favor: PSD, CH, BE e PCP Contra: PS Ausência: IL, PAN e L



Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Orçamento e
Finanças
Deputado Filipe Neto Brandão

<u>Assunto</u>: Audição urgente do Ministro das Finanças sobre a cobrança de impostos relativos às barragens

Foi noticiado esta semana que a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) deixou caducar o direito à liquidação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 2019 relativo a cerca de 160 barragens.

O tema da cobrança de impostos das barragens, em particular do IMI, tem sido sistematicamente acompanhado pelo PSD nos últimos quatro anos, desde que foi conhecida a intenção de venda pela EDP de seis barragens localizadas em Trás-os-Montes. Este assunto deu origem a diversas iniciativas legislativas e a audições parlamentares de membros do governo e da Diretora-Geral da AT.

Em 3 de fevereiro de 2023, um despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) determinou à AT que procedesse à avaliação, inscrição e atualização matriciais das barragens, acolhendo o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República de maio de 2006, e à liquidação dos respetivos impostos. Face à inação da AT, a 16 de agosto o SEAF emitiu novo despacho, reiterando o teor do anterior e determinando à AT a apresentação de um relatório de implementação até final desse trimestre.

Em audição ocorrida no dia 28 de junho, o Ministro das Finanças, questionado pelo PSD sobre o ponto em que se encontrava a atuação da AT em relação ao IMI das barragens, afirmou que o fisco iria agir em função daquilo que ficou determinado no despacho de fevereiro do SEAF. Mais recentemente, na audição de 14 de novembro, o PSD voltou a confrontar o Ministro das Finanças com a ausência de cobrança de impostos relativos às barragens, que está a prejudicar as populações de municípios de todo o país.

Face ao exposto, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD vêm requerer, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, **a audição urgente** do Senhor Ministro das Finanças, Fernando Medina, para prestar esclarecimentos sobre a cobrança de impostos relativos às barragens.



## Palácio de São Bento, 5 de janeiro de 2024

Os Deputados,

Hugo Carneiro

**Duarte Pacheco** 

Alexandre Simões

Artur Soveral Andrade